

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.143 - RJ (2019/0039272-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : SERGIO DA COSTA BRUM (PRESO)

ADVOGADOS : BEATRIZ DA SILVA COSTA DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ116555

ARIANA SOUZA RIBEIRO - RJ201242

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

SERGIO DA COSTA BRUM alega sofrer constrangimento ilegal em razão de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que denegou o HC n. 0059887-80.2018.8.19.0000.

Nas razões recursais, a defesa sustenta constrangimento ilegal, diante da ausência de fundamentação concreta da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau que determinou a transferência do recorrente para uma unidade prisional federal.

Alega, ainda, o excesso de prazo para o término da instrução processual.

Requer, liminarmente, a revogação da transferência do ora paciente, com seu retorno para uma unidade prisional no Estado do Rio de Janeiro.

Decido.

Consta dos autos que o recorrente, juntamente com outros oito corréus, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, §º, I, II e V, por duas vezes em concurso formal, e 157, § 2º, i, II e V, por duas vezes em concurso formal, ambos do Código Penal, bem como arts. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013 e 329, § 1º, do CP, todos em concurso material.

O Juiz de primeiro grau determinou a transferência do recorrente para uma unidade de presídio federal, pelos seguintes fundamentos (fls. 115-119, grifei):

Em síntese, e de acordo com os elementos constantes nos

autos, o acusado **SÉRGIO DA COSTA BRUM**, mesmo preso, continua comandando a organização criminosa denominada **Comando Vermelho** e vem exercendo comando com os traficantes da **Comunidade Camarista Méier**, do **Complexo do Lins**, autorizando e determinando ao atual chefe do tráfico local, **LUIZ ROBERTO DA SILVA FERNANDES**, a dar ordens aos traficantes da localidade para que participem de roubos de cargas e veículos. Restou apurado pelo Setor de Inteligência da DRFC, que o acusado **SÉRGIO DA COSTA BRUM** em parceria com **LUIZ ROBERTO DA SILVA FERNANDES**, tem tido participação ativa nos roubos de cargas, veículos e tráfico de drogas da **Comunidade Camarista Méier**, onde é feito o transbordo das mercadorias roubadas, pelos integrantes da organização criminosa autodenominada **Comando Vermelho**, que além do tráfico de drogas, praticam crimes de roubo de cargas e veículos na Cidade do Rio de Janeiro, sendo as cargas levadas para o interior da referida **Comunidade**, servindo sua arrecadação para munir os traficantes de armamentos e drogas.

[...]

os elementos de convicção trazidos até o presente momento, alicerçados no IP 918-00041/2018, demonstram que o verdadeiro 'comandante' da Favela **Camarista Méier** seria, mesmo, **SERGIO DA COSTA BRUM**, e que através do seu braço-direito ainda em liberdade, o nacional **LUIZ ROBERTO DA SILVA FERNANDES** - também réu no presente feito e até o presente momento foragido e não capturado, não obstante a expedição de mandado de prisão - fornece todo o arcabouço logístico e operacional para a consecução dos roubos de carga.

[...]

As informações acima permitem traçar uma ligação direta entre o retorno do réu **SÉRGIO DA COSTA BRUM**, da unidade federal que se encontrava para o sistema prisional fluminense (em 11/5/2017) e o salto vertiginoso nos crimes de roubo de carga perpetrados pelo grupo criminoso (julho a dezembro daquele mesmo ano de 2017).

[...]

Não por outro motivo é considerada imprescindível a imediata transferência de **SERGIO DA COSTA BRUM** para uma unidade prisional federal, como forma de

viabilizar o desmantelamento e a desarticulação da referida Organização Criminosa.

O Tribunal *a quo* entendeu devidamente fundamentada a transferência do detento para o presídio federal, "tendo o juízo de piso destacado de forma concreta o alto grau de periculosidade do paciente que se encontra envolvido em preocupante enredo criminoso apurado pelo Setor de Inteligência da DRFC, no qual, em tese, comandaria uma organização criminosa voltada para a prática de roubos de caminhões que transportam cargas" (fl. 123).

Diante das ponderações feitas pelas instâncias ordinárias, considero que, a um primeiro olhar, não se constata ilegalidade flagrante que autorize o deferimento da medida de urgência, mormente porque ficou destacado que **o ora recorrente, mesmo preso, ainda é um dos líderes de organização criminosa**, que, "além do tráfico de drogas, praticam crimes de roubo de cargas e veículos" (fl. 115).

Em relação ao **excesso de prazo**, firmou-se o entendimento neste Tribunal Superior de que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de maneira que eventual demora no término da instrução criminal deve ser aferida dentro dos critérios da razoabilidade, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto (v.g. **HC 280.250/PA**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe de 26/8/2014).

De acordo com as informações contidas nos autos, a denúncia foi oferecida em 22/1/2018 e recebida em 30/1/2018. Em 16/2/2018 foi oferecido aditamento à denúncia, recebido em 20/4/2018. O recorrente foi regularmente citado e ofereceu resposta à acusação em 15/5/2018 e em 13/11/2018 foi ratificado o recebimento da denúncia.

O Tribunal *a quo* atestou que o feito transcorre dentro da razoabilidade, "considerando tratar-se de feito complexo, com pluralidade de réus (nove denunciados)" (fl. 112).

Tais fundamentos afastam, à primeira vista, a plausibilidade do direito alegado, pois não identifico demora desproporcional no processo, notadamente considerando a **complexidade do feito** – que possui **nove réus**.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como à autoridade apontada como coatora, em especial o envio dos elementos imprescindíveis à análise do alegado neste recurso, assim como esclarecimentos atualizados da atual situação carcerária do recorrente.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

